



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004865-78.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **Priscila Renata Lourenço Pereira**
Requerido: **Centro de Formação de Condutores Conquista Ltda – Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter contratado junto à ré a prestação de serviços para adição da categoria "B" em sua carteira de habilitação.

Alegou ainda que num primeiro momento não pode utilizar esses serviços, verificando posteriormente que a ré "não mais existia no local da contratação".

A ré foi regularmente citada a fl. 28, mas a contestação apresentada a fls. 29/33 foi elaborada em nome da sócia que recebeu a citação.

Isso denota que ela não pode ser apreciada, ausente a pertinência subjetiva entre quem a formalizou e quem figura no polo passivo da relação processual.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

De qualquer sorte, os documentos de fls. 09/10 demonstram a contratação dos serviços indicados na petição inicial, bem como o pagamento pelos mesmos.

Não foram amealhados, por outro lado, dados consistentes que evidenciassem a prestação de tais serviços.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, inclusive para evitar o inconcebível enriquecimento sem causa da ré em detrimento da autora cristalizado no recebimento de valor sem que fosse prestada a contrapartida a ele concernente.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 650,00, acrescida de correção monetária, a partir de dezembro de 2014 (época do desembolso de fl. 10), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**